

# HISTÓRIA ECONÔMICA E ENSINO DE HISTÓRIA: conceitos econômicos em perspectiva

Werbeth Serejo Belo

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo de novas experiências durante alguns estágios curriculares de ensino de História no ensino básico, algumas reflexões teórico-metodológicas tem emergido em torno do período caracterizado, erroneamente, como “milagre econômico” (1969-1973) em função dos elevados índices de desenvolvimento econômico que o Brasil obteve então.

Em alguns livros didáticos, como no intitulado “*História: conecte*”, lançado pela editora Saraiva e de autoria de um grupo composto por destacados historiadores da atualidade e professores do departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina Santos, temos o período do milagre econômico trabalhado através do binômio crescimento econômico e “endurecimento” do regime ditatorial. De forma que aqueles anos,

Foram os piores tempos da ditadura, conhecidos como “anos de chumbo”, mas também um período de grande crescimento econômico, fator fundamental para a legitimação do regime militar perante a sociedade brasileira (FARIA. VAINFAS. [et al.], 2014, p.720).

Percebe-se que no trecho apresentado os autores não se propõem a apresentar a quem esse crescimento econômico beneficia na sociedade, nem no texto principal nem como informação extra em algum texto paralelo.

Esses dois pontos são de extrema importância para a compreensão do período. A grande questão a qual se pretende analisar aqui está em torno da abordagem dada a essas temáticas, sobretudo no que diz respeito à temática do desenvolvimento econômico ocorrido no período.

No livro didático intitulado *Oficina de História*, de autoria de Flavio de Campos<sup>1</sup> e Regina Claro<sup>2</sup>, ao contrário do livro anteriormente mencionado, já temos uma

---

<sup>1</sup> Professor doutor do departamento de História da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

percepção minuciosa de que o “milagre econômico” brasileiro beneficiou determinada fração social burguesa. Como pode ser percebido no trecho a seguir,

As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela **expansão das linhas de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média**, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo à poupança interna, atualizada pela correção monetária das taxas de juros. Dirigido por **tecnoburocratas civis e militares**, o Brasil era anunciado pelas campanhas oficiais como um iminente integrante do Primeiro Mundo (CAMPOS, CLARA. 2015. P. 702. Grifos nossos).

Esta minuciosa percepção de quais frações de classe estão sendo privilegiadas pelo projeto desenvolvimentista é um posicionamento eficaz para que os alunos possam perceber que havia um objetivo da defesa dos interesses de determinada classe no jogo político-econômico do período. Além disso, esta demarcação é eficaz, também, para que se perceba e seja discutida a própria nomenclatura dada ao período, a saber: “milagre econômico”.

Um terceiro material didático em análise intitulado *História: conexões com a História*, elaborado por Alexandre Alves<sup>3</sup> e Letícia Fagundes de Oliveira<sup>4</sup> e lançado pela editora Moderna, apresenta o período do “milagre econômico” de forma que também apresenta uma análise que localiza bem os grandes beneficiados desse período, ou seja,

A entrada maciça de capitais estrangeiros também **impulsionou a economia brasileira**. Ao mesmo tempo, **o aumento da população urbana garantia mão de obra farta e de baixo custo para a expansão industrial dos grandes centros econômicos do país**. Além disso, a censura e a repressão dificultavam os protestos contra a política de arrocho salarial do governo e contribuíam para implantar uma ordem fortemente disciplinada no mundo do trabalho (ALVES. OLIVEIRA, 2015, p. 651).

É importante destacar que mesmo adotando livros didáticos que apresentem uma escrita bem elaborada a respeito do período aqui apresentado é necessário que os professores de História do ensino básico possam apresentar debates a respeito das relações que não são expostas no material didático, como a relação existente entre

---

<sup>3</sup> Mestre e doutor em ciências (área: História econômica) pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>4</sup> Mestre em ciências (área: História Social) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professora e Ensino Superior.

Estado, economia, política e sociedade, muito importante para que não sejam naturalizadas relações que são historicamente construídas.

Além da temática a respeito do termo “milagre econômico” e das frações privilegiadas nesse período, é válido perceber que os materiais didáticos em questão utilizados no ensino de história aqui no Maranhão são elaborados a partir de uma perspectiva que pretende abordar a realidade histórica do centro-sul como hegemônica, sem levar em consideração as especificidades regionais. Portanto, pensando nessa questão como um dos pontos centrais desta pesquisa e, ainda, na utilização de impressos locais para a constituição de um novo saber histórico a respeito do período, nos propomos a utilizar impressos locais com o intuito de aproximar a produção acadêmica do cotidiano escolar e de perceber as especificidades regionais do Maranhão ao longo do período do “milagre brasileiro”.

Então, acredita-se que a partir da análise historiográfica a respeito do período e a inserção de novas linguagens, como o uso dos impressos, gráficos, tabelas, podemos elaborar uma nova abordagem a fim de construirmos no ensino básico um conhecimento histórico de forma que possamos auxiliar os alunos a perceberem a diversificação de fontes para o historiador, rompendo com a caracterização da história como unicamente escrita a partir de documentos oficiais.

Assim, este trabalho se insere na linha de pesquisa deste programa de pós-graduação intitulada: historiografia e linguagens, a fim de construirmos uma história econômica a partir da utilização dos impressos locais, gráficos, tabelas, que não cause um afastamento do aluno ao se analisar as questões econômicas do período. Portanto em consonância com o terceiro eixo da já mencionada linha de pesquisa: História, Historiografia e Recursos Didáticos – novas fontes de pesquisa / novas estratégias pedagógicas.

Para tanto, serão utilizados impressos locais, gráficos, tabelas, de modo que a seleção de reportagens/editoriais a ser feita tem como base de sua escolha a área da História que se pretende trabalhar, a História Econômica.

Portanto, far-se-á a seleção de reportagens/editoriais que abordam a questão econômica entre 1969-1973 de forma que se possa construir um conhecimento histórico em sala de aula a partir da apresentação de **temas transversais** que estarão contidos no dicionário de História econômica para crianças que pretendemos elaborar, de modo que este material possa auxiliar tanto professores quanto alunos do ensino básico a

entenderem as relações capitalistas entre Estado e sociedade a fim de que os fatos não pareçam emergir a partir de uma simples relação causa-consequência.

## **2. Perspectivas em torno do ensino de História**

A História como disciplina escolar tem passado por uma série de reformulações. No entanto, segundo Katia Abud (2006), esta permanece com o mesmo código curricular durante muito tempo, tendo sido permanente a reprodução da história dos grupos dominantes e muitas vezes legitimada pelas “narrativas dos feitos daquela classe, comprovados pelos documentos que os mesmo protagonistas produziam” (ABUD, 2006, p. 167).

O primeiro marco de grandes reformas data da reforma feita por Francisco Campos (ministro da educação e saúde) em 1931 que, segundo a autora, “transformou radicalmente o ensino” dando “autonomia às escolas” (ABUD, 2006, p.167). O segundo marco data de 1942 – reforma Gustavo Capanema (ministro da educação) - que, segundo Abud, “não modificou os aspectos essenciais dos programas de História para o curso ginasial” (ABUD, 2006, p. 168).

Dentre as reformulações do ensino de História que possibilitam renovações metodológicas, temos a utilização de novas fontes como forma de elaboração de estratégias didáticas em salas de aula do ensino básico. Essas estratégias emergem de novas pesquisas acadêmicas em torno da utilização destas fontes. Essa nova relação dos historiadores com suas fontes permitiu uma “transformação do próprio entendimento daquilo a que se está chamando como contemporâneo; de sua história e de sua historiografia. Essa transformação tem como eixo central a mundialização da noção de historicidade” (PICCOLO, 2010, p.36).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (2000, p. 28), temos como uma das competências dos alunos “Crítico, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção”. Portanto, competência a ser desenvolvida com o uso dos impressos, análise de gráficos e tabelas, além da discussão de conceitos econômicos, como estratégia didática eficaz para desenvolver o olhar crítico e analítico dos alunos.

A História como disciplina escolar tem sido discutida por diversos estudiosos que se dedicam à exaustiva pesquisa de diversos elementos que podem auxiliar no aprimoramento do ensino de História. Alguns pontos merecem ser destacados, a fim de que possamos perceber os pontos centrais destes debates.

Holien Gonçalves Bezerra (2003) aponta que a História “busca aprimorar o exercício da problematização da vida social, como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar as relações sociais de grupos locais, regionais, nacionais e de outros povos” (BEZERRA, 2003, p.44) o que mostra que a História tem por função despertar a capacidade crítico-analítica dos indivíduos em sociedade e não um simples registro dos acontecimentos passados como ponto de partida para a compreensão das relações contemporâneas do indivíduo. Partindo desse pressuposto, percebemos a ampliação da noção de História que rompe com o positivismo do século XIX e traça novos caminhos adotando uma nova função que se assemelha a uma ação social.

Nesse contexto de reformulação da História como ciência, o ensino de História deve acompanhar essas reformulações de forma que a escrita da História quanto pesquisa acadêmica deve estar relacionada ao ensino de uma nova história em salas de aula do ensino básico, a fim de que possa haver a recomposição do ensino a partir das inúmeras reformulações historiográficas dos últimos anos, pois,

[...] identificar as mudanças, que são de ordem conceitual, abre caminhos para melhor conhecer o processo numa análise que reconheça a pluralidade de saberes e o papel das diferentes subjetividades e interesses envolvidos no processo (MONTEIRO, 2003, p.15).

Entre essas reformulações nos diversos campos da História temos a preocupação com a utilização de alguns conceitos como: História, Processo Histórico, Tempo, Sujeito Histórico, cultura, cidadania, Estado, entre outros (BEZERRA, 2003) que podem ser alvo de debates para a construção do conhecimento histórico. Segundo Circe Bittencourt (2008) é uma das tarefas do pesquisador “selecionar os conceitos-chave, contextualizá-los e utilizá-los na organização e sistematização dos dados empíricos” (BITTENCOURT, 2008, p. 191).

Acreditamos que não seja somente tarefa do pesquisador tomar determinada postura, mas também, do professor de História do ensino básico, haja vista que os conceitos são aplicados a momentos distintos e em sociedades díspares. Portanto, a

apresentação e contextualização destes conceitos em sala de aula são de fundamental importância para que os alunos possam compreender a lógica de toda uma estrutura social e relacioná-la a determinada conjuntura estudada. Segundo Bittencourt o conhecimento histórico escolar produz-se “por intermédio da aquisição de conceitos, valores e informações” (BITTENCOURT, 2008, p. 195).

Além da discussão a respeito dos conceitos empregados a determinadas conjunturas e estruturas temos que a utilização das diversas fontes como recurso para uma nova abordagem da história em sala de aula tem um caráter valioso na construção do conhecimento histórico renovado, sobretudo pela ampliação do conceito de fontes históricas desde a Escola dos Annales.

Os impressos se constituem como fonte privilegiada para as diversas análises históricas. No entanto é necessário que se faça um trajeto para a utilização desses periódicos como forma de construção do conhecimento histórico em um ambiente escolar:

A catalogação de fontes, a organização e a análise que permita uma interpretação do material são ações que envolvem tanto o professor como os alunos, propiciando um aprendizado que visa à valorização da História e do acervo histórico. (RODRIGUEZ, 2010, p. 37).

Para a utilização dos impressos em sala de aula é preciso perceber o processo de produção desta fonte e estar atento a um método de análise específico que envolva todo o processo constitutivo desta fonte, isto é,

A produção do documento não se fecha em si mesma, ela está contextualizada e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material ou simbólica. (RODRIGUEZ, 2010, p. 43).

O trabalho que se pretende iniciar neste programa de pós-graduação nasceu a partir de reflexões feitas durante estágios curriculares de ensino de história. Paralelamente ao ensino de História estávamos em processo de conclusão de curso, realizando pesquisa envolvendo o campo da História econômica com o tema: posicionamento do jornal O Imparcial frente à política econômica do “milagre econômico”.

Este trabalho foi realizado a partir do projeto intitulado *Publicizando o Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-*

1985) coordenado pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo ao longo do ano de 2013 e 2014 culminando no trabalho monográfico intitulado *Uma perspectiva “imparcial” do “milagre econômico”: construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista.*

Algumas inquietações surgiram a partir de duas experiências que ocorreram de forma concomitante: a pesquisa acadêmica e o momento de experiência inicial no ensino básico: a) a resistência que há, por parte dos alunos, em fazer análises econômicas de diversos temas da história; b) o questionamento a respeito da “veracidade” das fontes, nos levando a perceber que, para os alunos, a história só poderia ser escrita a partir das chamadas fontes oficiais; c) a desconexão entre teoria de Estado Capitalista e a sequência dos fatos históricos de forma que, no livro didático em uso, os fatos emergem unicamente por decisões do poder executivo sem nenhuma relação com defesa de interesses; d) a ausência de gráficos e apresentação de fontes alternativas no material didático que ampliem - e facilitem - a compreensão dos alunos a respeito do “milagre econômico” e; e) a não relativização e análise em torno do termo “milagre econômico” no livro didático.

Então o que se propõe neste tópico é uma discussão teórico-conceitual que apresente análises em torno destas inquietações e uma relação com a renovação do ensino de História, mas, sobretudo, do ensino de História Econômica da ditadura Empresarial-Militar <sup>5</sup>. Levando-se em consideração que no âmbito da História Econômica do período do regime ditatorial pós-1964 um dos períodos que causa mais discussões é o período caracterizado como “milagre econômico”, nos concentraremos

---

<sup>5</sup>Debates que dizem respeito à própria caracterização do regime, a atuação dos principais agentes envolvidos durante todo o período e, ainda, das próprias instituições inseridas no Estado Restrito que atuaram como ferramentas para que determinado projeto se tornasse hegemônico, além de instituições no âmbito da Sociedade Civil que foram agentes também na disputa por hegemonia, tem sustentado diversos argumentos a respeito do período ditatorial vivido no Brasil a partir de 1964. René Dreifuss (1987) analisa os principais aparelhos localizados na Sociedade Civil que visavam sustentar um projeto em hegemonia. Lista os agentes inseridos nesses aparelhos – sobretudo tecnoempresários – e aponta que estes agentes eram membros da Sociedade Civil que estavam ligados aos militares do Estado Restrito e, muitas vezes, se localizam no Estado Restrito também. O objetivo de Dreifuss é perceber, então, o golpe e o regime como Civil-Militar, tese que rebate a sustentada por Carlos Fico de Regime Militar. Portanto, Dreifuss localiza no Estado Restrito a atuação desses civis e sua ligação ao capital multinacional e associado, o que nos permite aferir que as reformulações ocorridas em toda a estrutura financeira do país e, claro, o próprio episódio golpista de 1964, estavam diretamente relacionados à reformulação capitalista que vinha ocorrendo mundialmente desde 1945. (DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.). Portanto, a partir da leitura de René Dreifuss a concepção sobre o golpe aqui adotada é Empresarial-Militar, pois os militares e os grandes grupos de empresários estavam na condução do novo projeto que almejava se tornar hegemônico, haja vista que estes civis, segundo Dreifuss, podem ser chamados de “empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários” (DREIFUSS, 1987, p.417).

nas análises do ensino de História do dito regime ditatorial entre 1969 e 1973 (governo Médici).

Partindo da primeira inquietação supracitada - a resistência que há, por parte dos alunos, em fazer análises econômicas de diversos temas da história – é que iniciaremos as discussões que nos propomos a fazer nesta sessão.

Ciro Flamarion Cardoso (2002) em sua obra *Os métodos da História* aponta que “a história econômica não pode (...) limitar-se a um mero comentário de índices e curvas, ou à construção de modelos puramente econométricos” (CARDOSO, 2002, p. 49) é necessário que esta esteja inserida na lógica globalizante e da totalidade, a fim de que se possam perceber as relações que ocorrem nas esferas políticas e sociais de dada sociedade.

Inúmeras fontes podem ser utilizadas para a elaboração de esquemas que facilitem a compreensão de relações socioeconômicas, como dados estatísticos, por exemplo. Além disso, “os dados econômicos são absolutamente necessários à elaboração da história social” (CARDOSO, 2002, p. 51) o que demonstra a imbricação entre os campos de conhecimento da História e não uma atomização destes.

Os trabalhos, no campo da História Econômica podem estar inseridos em dois eixos que caracterizam perspectivas de análise diferentes que culminam em escritas distintas. O primeiro eixo tem como referência os especialistas anglo-saxões que tem “certa dependência da ciência econômica, uma sólida formação econômica e matemática e limitavam-se à esfera econômica não recorrendo à análise social” (CARDOSO, 2002, p. 53) o que nos permite constatar uma aproximação com a elaboração de quadros numéricos excessivos para a explicação de determinada conjuntura sem se ater a outras relações políticas e sociais.

O segundo eixo tem como referência os historiadores da Europa Continental (especialmente os franceses) que “não separavam a análise econômica dos fatores históricos globais e, principalmente, da análise social” (CARDOSO, 2002, p.53). Portanto, a relação que se pretende fazer neste trabalho entre História Econômica e ensino de História tem por base a análise econômica que segue a lógica do segundo eixo interpretativo, portanto, este trabalho privilegia a análise do “milagre econômico” percebendo a imbricação constante entre as esferas econômica, política e social. Portanto, partindo desse eixo de análise que pretendemos elaborar o dicionário de História Econômica para crianças que servirá de apoio a professores de História e alunos. Este material deverá ser composto de fontes históricas que auxiliem na lógica de



compreensão do “milagre econômico” de modo que não seja construída uma História em sala de aula que privilegie somente fontes oficiais em detrimento das chamadas “novas” fontes.

No que tange ao conceito de estrutura muito utilizado nos trabalhos que envolvem a História Econômica em diversas instâncias, entende-se aqui que para o historiador a estrutura e os movimentos são inseparáveis, isto é, a estrutura não deve ser entendida como um conceito estagnado, mas como um conceito mutável que acompanha os movimentos conjunturais que variam de acordo com o tempo e a sociedade que se pretende analisar. Portanto, os “fenômenos conjunturais (...) vem à luz e se explicam pelas contradições da estrutura econômica” (CARDOSO, 2002, p. 263).

As fontes que podem ser utilizadas em análises econômicas variam de acordo com o tema que se pretende abordar. Como exemplo de fontes, temos: livros contábeis, mercuriais, relações, memoriais e outros documentos oficiais, documentos aduaneiros, registros cartoriais (CARDOSO, 2002).

Além destas fontes, tem-se o uso de “periódicos e jornais diários em que haja citações de certos artigos” (CARDOSO, 2002, p. 283). Percebendo a possibilidade desta utilização que se pretende analisar a construção do conhecimento histórico em sala de aula e produzir o dicionário de História Econômica para crianças, no campo da História Econômica, a partir da utilização de impressos locais.

Entremos agora no debate a respeito da segunda inquietação acima exposta: o questionamento a respeito da “veracidade” das fontes, nos levando a perceber que, para os alunos, a história só poderia ser escrita a partir das chamadas fontes oficiais. Este ponto nos leva ao debate a respeito do uso dos impressos como fontes latentes para a construção de um novo saber histórico em sala de aula haja vista que

O uso das fontes no ensino de história pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a indivíduos que não têm como objetivo se tornar historiadores, mas para os quais o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem (PEREIRA. SEFFNER, 2008, p. 113).

Os impressos não se constituem como fontes que pretendem trazer à realidade dos alunos uma verdade inquestionável a respeito do período. Vale salientar que o que se busca neste trabalho é uma aproximação entre a escrita da história conforme o método científico e o ensino de história e não uma representação de uma única “verdade” a respeito do tema ensinado em sala de aula, haja vista que não é função do historiador,

nem do professor de história, apresentar uma única verdade, mas, sim, analisar, criticar para que se possa chegar ao mais próximo possível das funções de um historiador que, segundo Dosse, são três: a função crítica, cívica e ética (DOSSE, 2012, p. 19).

Tais funções serão exercidas a partir da compreensão que temos da relação entre o historiador e seu objeto: a renovação do caráter científico e histórico da História Contemporânea e a reconstrução de um entendimento acerca das relações entre passado e presente (NORA, 1992, p.49).

Então, os impressos como fontes para uma nova abordagem didática do ensino de História são utilizados partindo do pressuposto de que são Aparelhos Privados de Hegemonia, conceito elaborado como parte do conceito de Estado do filósofo italiano Antonio Gramsci.

Enquanto para Marx e Lenin o Estado Capitalista era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012)<sup>6</sup> em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>7</sup> e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos<sup>8</sup> que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base

---

<sup>6</sup> A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com Palmiro Togliatti, o L'OrdineNuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'OrdineNuovo aliou-se com Amadeo Bordiga e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a Bordiga até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: [www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm))

<sup>7</sup> São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

<sup>8</sup> Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989, p.73).

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política<sup>9</sup> e, ainda, em uma relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012, p.60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico.

No que tange à tomada de poder, para Antonio Gramsci, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

Os pontos supracitados serão relacionados neste trabalho à produção historiográfica sobre a ditadura Empresarial-Militar de 1964, especificamente no que

---

<sup>9</sup> A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperialista.

diz respeito ao “milagre econômico”, que tem sido alvo de debates no âmbito acadêmico e fora dele também, sobretudo no ano de 2014 com advento dos 50 anos do golpe. Além disso, serão base da elaboração do dicionário de História Econômica para crianças a ser utilizado por professores como ferramenta paralela à elaboração de suas aulas sobre o “milagre econômico” de forma que estes profissionais possam ampliar discussões em torno do período acrescentando concepções que pouco são apresentadas nos livros didáticos, como: capital financeiro, imperialismo, conglomerados de financeiras, hegemonia, desenvolvimento, entre outros.

A concepção de Estado supracitada e os pontos paralelos a esta concepção podem ser fundamentais para rompermos com a terceira inquietação apresentada neste trabalho: a desconexão entre teoria de Estado Capitalista e a sequência dos fatos históricos de forma que, nos livros didáticos citados, os fatos emergem unicamente por decisões do poder executivo sem nenhuma relação com defesa de interesses.

No que diz respeito à quarta inquietação - a ausência de gráficos e apresentação de fontes alternativas no material didático que ampliem - e facilitem - a compreensão dos alunos a respeito do “milagre econômico” – acreditamos que a História econômica do período caracterizado como “milagre econômico” tem sido utilizada em larga escala nacionalmente para sustentar debates acerca do desenvolvimentismo adotado pela política econômica do período. No entanto, localmente, tem-se uma produção escassa a respeito da análise desta política econômica.

Além disso, são escassos também estudos que se proponham a analisar como a imprensa escrita local se posiciona frente a essa política desenvolvimentista adotada entre 1969 e 1973, isto é, são necessárias análises, por exemplo, sobre o posicionamento institucional dos impressos locais, o espaço destinado a reportagens que consolidem – ou não – essa política econômica para posterior relação com o ensino de História e estratégias do uso dos impressos como forma de compreensão da lógica do período.

Este trabalho se insere na nova lógica do fazer historiográfico do Tempo Presente sem tentar romper com a história política, mas seguindo o que Marieta Ferreira (2000) aponta como um caminho percorrido pela história desde os Annales que tinha como principal objetivo “questionar a hegemonia da história política” (FERREIRA, 2000, p.116), este trabalho, então: privilegia a história econômico-social; acredita que comportamentos coletivos tem mais importância sobre o censo da história que os comportamentos individuais; prima pela análise das estruturas e; objetiva identificar as

relações (...) que comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso (FERREIRA, 2000, p.116).

Além disso, este trabalho, em um segundo momento, pretende perceber como os conceitos econômicos podem ser utilizados na construção do conhecimento histórico em sala de aula a fim de despertar os profissionais em ensino de história para uma renovação do método de ensino da história nas escolas básicas.

Então, partindo do conceito de transposição didática<sup>10</sup> elaborado por Chevallard e apresentado por Ana Monteiro no trabalho intitulado *A História ensinada: algumas configurações do saber escolar* temos como pano de fundo teórico as análises que nos propomos a fazer os conceitos de educação e jornalismo elaborados por Antonio Gramsci. O filósofo italiano parte do princípio de que a escola é “o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2012, p. 19), portanto esfera de construção do conhecimento e formação de intelectuais, neste caso, intelectuais tradicionais e possíveis intelectuais orgânicos<sup>11</sup>.

A partir deste princípio Gramsci apresenta sua formulação a respeito da escola: a chamada escola unitária. Segundo Gramsci,

A escola unitária (...), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 2012, p. 37).

Portanto, o que se pretende neste projeto é, a partir da concepção de escola unitária como formadora de sujeitos ativos em sociedade, repensar a prática do ensino de História como ferramenta de formação crítico-analítica dos alunos a fim de que estes possam atuar em sociedade. Então o ensino de História se insere na lógica do sistema escolar básico de forma que essa escola seja, nas palavras de Antonio Gramsci, uma “escola criadora”.

---

<sup>10</sup>Segundo Chevallard, a transposição didática nos remete à “passagem do saber acadêmico ao saber ensinado e, portanto, à distância eventual, obrigatória que os separa, que dá testemunho deste questionamento necessário, ao mesmo tempo em que se converte em sua primeira ferrameta” (CHEVALLARD, Y. La transposicióndidáctica. Del saber sábio al saber ensinado. Buenos Aires: Aique grupo editor, s.d. Apud: MONTEIRO, Ana Maria F. C. A História ensinada: algumas configurações do saber escolar. Londrina, História & Ensino, v.9, p. 37-62, out. 2003.

<sup>11</sup> Os intelectuais orgânicos não necessitam, necessariamente, de uma educação formal pra executarem sua função na sociedade civil, ou seja, para nacionalizarem determinado projeto que almeja estar hegemônico. Esta é a diferença apresentada pelo autor entre os intelectuais tradicionais – que são os que necessariamente precisam de uma educação formal para assim serem chamados - e os intelectuais orgânicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e seu ensino curricular. **Tempo**, v.11, n.21, p. 163-171, 2006.
- ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **História: conexões com a História**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Conceitos básicos. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, p.37-48, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, p. 183-220, 2008.
- CAMPOS, Flávio de. CLARO, Regina. **Oficina de História, volumen único**. 1 ed. São Paulo: Leya, 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, nº1, p.5-22, jan/jun., 2012.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v.9, p. 37-62, out. 2003.
- NORA, Pierre. De L'Histoire Contemporaine au Présent Historique. **Actes de la journée d'études de l'IHTP**. Paris: CNRS, 14 mai, 1992.
- PEREIRA, Nilton Mullet. SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**. V.15, n.18, p. 113-128, dez. 2008.
- PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

RODRIGUÉZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. IN: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs.). **Fontes e métodos em História da educação**. Dourados: Ed. UFGD, p. 35-48, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. FARIA, Sheila de Castro. [et al]. **Conect: história, volume único**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.